



PETROBRÁS SEGUE NA AGENDA NO SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES

Resultado do primeiro turno leva Lula e Flávio Bolsonaro à disputa final pela Presidência. Para petroleiros e petroleiras, os projetos se afunilam e deixam mais claro o que está em jogo para a Petrobrás, o setor de petróleo e gás, a transição energética e as relações de trabalho. PÁGINAS 3 E 4.

NOVO NÚMERO MÍNIMO NA REFAP É CONQUISTA DE QUASE UMA DÉCADA DE LUTA DA CATEGORIA



“Foi na coletividade que a gente conquistou essa vitória. Petroleiras e petroleiros, luta e resistência!”

A afirmação da presidenta do Sindipetro-RS, Miriam Cabreira, sintetizou o significado do ato realizado no **dia 29/09**, em frente à Refap, para celebrar a entrada em vigor do acordo judicial que estabelece o novo número mínimo de trabalhadores/as na refinaria.

Durante a atividade, Miriam lembrou que a conquista é resultado de uma batalha iniciada há quase uma década, quando a redução dos efetivos colocou em risco não apenas as condições de trabalho, mas também a segurança operacional da refinaria. “Há nove anos, a Refap decidiu reduzir o número mínimo de trabalhadores/as. Mas nós, aqui no RS, iniciamos uma greve e um

processo jurídico que foi longo, mas que hoje está colhendo os frutos dessa luta”, destacou.

A dirigente ressaltou ainda que a conquista vai além da ampliação do número mínimo operacional. O acordo também assegura a primarização do laboratório e do SMS, com garantia de efetivo mínimo. “Essa é uma conquista que demonstra a força e a luta da categoria petroleira. Nossa profissão é considerada perigosa, contínua, complexa e coletiva”, afirmou Miriam.

BREVE HISTÓRICO - A história dessa conquista começou em 2017, quando a Petrobrás implantou o chamado O&M, para determinar o número mínimo de operadores nas refinarias. **Na prática, isso significou a redução de postos de trabalho.**

A reação foi imediata. A categoria entrou em greve contra a redução do efetivo e o Sindipetro-RS ingressou na Justiça questionando a medida e denunciando os riscos provocados pela diminuição das equipes.

O Sindicato obteve uma liminar favorável, depois confirmada pelo TRT-4. Mais tarde, a decisão foi derrubada pelo TST, após a empresa alegar que teria de parar a U-03 (UFCC) e colocá-la em hibernação por suposta falta de efetivo.

A categoria não desistiu e mostrou a realidade da operação. Em 2022, uma perícia técnica abriu uma nova etapa da disputa. O Sindipetro-RS acompanhou as perícias com suas assessorias jurídica e técnica. Foi um momento fundamental para que os próprios trabalhadores fossem ouvidos e apresentassem a realidade vivenciada diariamente na operação. Os relatos ajudaram a demonstrar as situações de insegurança a que estavam expostos os trabalhadores, as instalações e a comunidade do entorno.

Em 2025, uma decisão judicial abriu caminho para a negociação entre o Sindicato e a Refap. O processo culminou na construção de um acordo que foi aprovado nas assembleias da categoria e homologado pela Justiça, que estabelece o retorno e a criação de postos de trabalho, além de definir a composição da brigada de emergência e números mínimos para diferentes áreas da refinaria.



BENZENO I

O dia **5 de outubro** foi marcado pelo **Dia Nacional de Luta e Conscientização ao Benzeno**. A data, lembrada

pelo Sindipetro-RS, reforça a memória dos trabalhadores e trabalhadoras adoecidos ou mortos pela exposição ao benzeno e reafirma a necessidade de prevenção, fiscalização e controle rigoroso nos ambientes de trabalho.

BENZENO II

Desde 1982, o benzeno é reconhecido como **substância cancerígena**, com destaque para sua associação com

casos de leucemia. **Não existe limite seguro de exposição à substância.** Por isso, a prevenção deve ter como princípio reduzir a exposição dos trabalhadores ao menor nível tecnicamente possível, com medidas permanentes de controle e proteção.

BENZENO III

Estudos apontam que, no Brasil, mais de **7 milhões de trabalhadores** desenvolviam atividades nas quais poderiam estar expostos ao benzeno, entre eles os que atuam no setor petróleo/petroquímico. A prevalência da exposição ocupacional também se mostrou mais elevada do que em países que adotaram medidas mais efetivas de controle dos riscos químicos.

BENZENO IV

Estudos também apontam que a mortalidade por leucemia entre trabalhadores expostos ao benzeno foi duas vezes maior do que entre os demais trabalhadores. O dado reforça a urgência de políticas efetivas de prevenção e vigilância da saúde. Entre as medidas defendidas por especialistas e entidades sindicais está a redução do Valor Limite de Exposição (TLV) ao benzeno de 0,5 ppm para 0,02 ppm. Também é fundamental manter o conceito de **Valor de Referência Tecnológico (VRT)**, fortalecer a vigilância nos ambientes de trabalho e retomar a participação efetiva dos trabalhadores nas Comissões Estaduais e Nacional do Benzeno. **Essa luta é pela vida!**



SINDIPETRO-RS - SINDICATO DOS PETROLEIROS DO RIO GRANDE DO SUL | FILIADO À FUP, CNQ E CUT

DIRETORIA RESPONSÁVEL: Miriam, Dary, Alex, Nalva, Cadore, Stelmaki, Medeiros, Trovo, Camile, Davi, Edgar, Terterola, Fábio, Karina, Lautert, Oscar, Tiago Maria, Geisa, Lisboa, Russo.

JORNALISTAS RESPONSÁVEIS: Nara Roxo (Mtb 6.771) e Rita Cardoso (Mtb 14.278)

SEDE PORTO ALEGRE - Rua Lima e Silva, 818, Cidade Baixa, CEP 90.050-100 | Telefone (51) 3226.2799 - secretaria@sindipetro-rs.org.br

DELEGACIA DE CANOAS - Rua Victor Barreto, 3288, Centro, CEP 92.010-000 | Telefone (51) 3472.4622 - delegaciacanoas@sindipetro-rs.org.br

DELEGACIA LITORAL NORTE - Rua Deolindo Maggi, 52, Centro, Osório, CEP 95.520-000 | Telefone (51) 3663.2763 - delegacialitoralnorte@sindipetro-rs.org.br

PETROBRÁS SEGUE NA AGENDA NO SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES

Resultado do primeiro turno leva **Lula e Flávio Bolsonaro à disputa final pela Presidência.**

Para petroleiros/as, os projetos se afunilam e deixam mais claro o que está em debate para a Petrobrás, o setor de petróleo e gás, a transição energética e as relações de trabalho.

O primeiro turno das eleições terminou com uma disputa apertada pela Presidência da República e uma mudança importante na composição do Congresso. Para os petroleiros/as, o resultado merece atenção especial, já que **as decisões tomadas a partir de 2027 poderão influenciar diretamente os rumos da Petrobrás**, os investimentos no refino, a política energética, a geração de empregos, a transição energética e as relações trabalhistas.

O resultado das urnas colocou em disputa Flávio Bolsonaro (PL) e Lula (PT), com dois projetos bem distintos e com relevantes diferenças quando analisados **temas relacionados ao cotidiano e ao futuro da categoria petroleira.**

DOIS PROJETOS BEM DISTINTOS

Uma das diferenças mais claras aparece no tratamento dado à Petrobrás. O programa registrado no TSE por Lula menciona a companhia e propõe a continuidade da ampliação dos investimentos em exploração de petróleo e gás, revitalização de campos maduros, **expansão da capacidade de refino e retorno da Petrobrás ao segmento de distribuição de combustíveis.** Também prevê ampliar a atuação da Transpetro e **manter investimentos da estatal na transição energética.** A proposta afirma que a companhia deverá continuar estimulando a indústria naval e prevê a reafirmação das regras de conteúdo local.

O programa de Flávio Bolsonaro, por sua vez, **não cita nominalmente a Petrobrás nas propostas relativas ao setor energético.** Defende modernizar o refino para ampliar o aproveitamento do petróleo nacional, expandir a infraestrutura de escoamento e transporte de gás e aumentar a produção nacional de fertilizantes. No setor de gás, sua proposta destaca a continuidade do modelo aberto à concorrência pela Nova Lei do Gás e **defende segurança jurídica e regras estáveis para atrair investimento privado na expansão da infraestrutura.**

Embora os dois programas defendam a expansão da produção de petróleo e gás, do refino e dos fertilizantes, os documentos apresentam enfoques diferentes: o programa de **Lula atribui explicitamente à Petrobrás papel central nessa estratégia**, enquanto o de **Flávio Bolsonaro enfatiza abertura de mercados, concorrência, segurança jurídica e investimento privado.**

EMPREGO, CONTEÚDO LOCAL E INDÚSTRIA NACIONAL

Nesta seara, o programa de Lula propõe utilizar os investimentos em petróleo, gás, refino, fertilizantes e transição energética como instrumentos de uma política de neointustrialização. Também estabelece a continuidade das encomendas à indústria naval e das políticas de conteúdo local. O Plano de Negócios 2026/2030 prevê **US\$ 109 bilhões em investimentos**, com potencial para gerar ou sustentar **311 mil empregos diretos e indiretos** e **R\$ 1,4 trilhão em tributos** nos cinco anos.

O programa de **Flávio Bolsonaro** também associa petróleo, gás, infraestrutura e energia à geração de emprego, mas **estrutura suas propostas** em torno da ampliação do investimento, **abertura à concorrência**, modernização dos marcos regulatórios e **participação privada.**

REFINO TAMBÉM ESTÁ EM JOGO

Para os trabalhadores/as da Refap e demais refinarias, este é um ponto importante. O atual Plano de Negócios da Petrobrás prevê elevar a capacidade instalada de processamento de cerca de 1,8 milhão para 2,1 milhões de barris por dia até 2030. **Lula registra em seu programa a intenção de expandir a capacidade de refino da Petrobrás.**

Flávio Bolsonaro também propõe modernizar o refino para aumentar o aproveitamento do petróleo produzido no Brasil, mas **seu programa não define qual papel específico caberia à Petrobrás nessa expansão.** Essa diferença é relevante para uma categoria que historicamente acompanha não apenas o volume de produção de petróleo, mas também onde ele será refinado, quem realizará os investimentos e quanto dessa riqueza permanecerá no país. ▶▶

SEGUNDO TURNO: O QUE DIZEM OS PROGRAMAS SOBRE TEMAS DE INTERESSE DOS PETROLEIROS		
TEMA	LULA – PT	FLÁVIO BOLSONARO – PL
PETROBRÁS	Cita expressamente a Petrobrás e prevê sua participação estratégica na política energética e industrial.	O programa não apresenta compromisso específico atribuindo à Petrobrás papel central na política energética.
EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS	Propõe continuar ampliando os investimentos em exploração e produção, incluindo revitalização de campos maduros.	Defende ampliar a produção e transformar as reservas de petróleo e gás em energia, desenvolvimento e empregos.
REFINO	Prevê ampliar a capacidade de refino da Petrobrás.	Propõe modernizar e ampliar o aproveitamento do petróleo nacional no refino, sem definir papel específico para a Petrobrás.
DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS	Propõe o retorno da Petrobrás ao segmento de distribuição.	Não apresenta proposta equivalente de retorno da Petrobrás à distribuição.
TRANSPETRO	Prevê ampliar a atuação da Transpetro, inclusive na logística de GNL.	Não apresenta proposta específica para fortalecimento da Transpetro.
CONTEÚDO LOCAL	Defende reafirmar políticas de conteúdo local, relacionando investimentos do setor à indústria brasileira.	Prioriza segurança jurídica, concorrência e atração de investimentos privados; não apresenta compromisso equivalente com conteúdo local.
INDÚSTRIA NAVAL	Prevê utilizar investimentos da Petrobrás para estimular a indústria naval brasileira.	Não estabelece papel específico da Petrobrás na retomada da indústria naval.
FERTILIZANTES	Inclui fertilizantes na estratégia de fortalecimento da capacidade industrial e produtiva nacional.	Defende aumento da produção nacional de fertilizantes e redução da dependência externa.
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA	Defende transição energética justa, com participação da Petrobrás em energias renováveis, biocombustíveis e negócios de baixo carbono.	Defende expansão de fontes renováveis, combustíveis sustentáveis, bioeconomia e modernização da infraestrutura energética, combinada à produção de petróleo e gás.
PETROBRÁS E NOVAS ENERGIAS	Atribui explicitamente à Petrobrás participação na transição para uma economia de baixo carbono.	O programa trata da transição energética, mas não estabelece papel específico para a Petrobrás nesse processo.
INVESTIMENTO PRIVADO	Prevê articulação entre investimentos públicos e privados, mantendo papel estratégico das empresas públicas.	Dá maior ênfase à concorrência, abertura de mercados, segurança jurídica e atração de investimentos privados.
NEGOCIAÇÃO COLETIVA	Propõe fortalecer a negociação coletiva, o diálogo social e instrumentos de apoio às negociações entre trabalhadores e empregadores.	Defende o "negociado sobre o legislado" e maior possibilidade de negociação direta das condições de trabalho.
ORGANIZAÇÃO SINDICAL	O programa propõe fortalecimento da negociação coletiva e do sistema sindical.	O programa contém críticas à atuação sindical e uma seção denominada "Resistir à República Sindical".
DIREITOS DOS TRABALHADORES	Associa desenvolvimento econômico à valorização do trabalho, negociação coletiva e proteção social.	Enfatiza liberdade econômica e maior flexibilidade nas relações entre empresas e trabalhadores.

Fonte: programas de governo oficialmente registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para as Eleições 2026.

ELEIÇÕES 2026

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E O PAPEL DOS PETROLEIRO/AS

A transformação da matriz energética também aparece nos dois programas. **Lula** propõe uma **"transição energética justa"**, articulando petróleo, gás, biocombustíveis, hidrogênio de baixa emissão, energia renovável, petroquímica verde e outras tecnologias. O programa afirma que **a Petrobrás deverá participar desse processo**, investindo em fontes de baixo carbono e na redução das emissões de suas operações. A proposta também prevê fortalecer a participação da Petrobrás em biocombustíveis e sua integração com a Petrobrás Biocombustível.

Flávio Bolsonaro também inclui a transição energética em seu programa. Defende a integração de novas fontes renováveis, combustíveis sustentáveis de aviação, bioeconomia e modernização da infraestrutura energética, combinadas à ampliação da exploração de petróleo e gás.

Na prática, para a categoria, a discussão não se resume a petróleo versus fontes renováveis. **Um dos temas centrais dos próximos anos será quem comandará a transição, quem realizará os investimentos e como os atuais trabalhadores e trabalhadoras serão incorporados às novas cadeias energéticas.**

RELAÇÕES DE TRABALHO E ORGANIZAÇÃO SINDICAL

É no campo das **relações de trabalho** que os programas apresentam suas **diferenças mais explícitas**.

O programa de **Flávio Bolsonaro** defende o princípio do **"negociado sobre o legislado"** e propõe permitir que **trabalhadores e empresas negociem diretamente determinadas condições de trabalho**. O documento também dedica uma seção à ideia de "resistir à República Sindical" e **faz críticas ao papel das entidades sindicais na formulação de políticas públicas e nas relações de trabalho**.

Já o programa de **Lula** afirma **compromisso com o fortalecimento da negociação coletiva e do sistema sindical**, propondo fomentar o diálogo social, estimular a contratação coletiva e desenvolver instrumentos de formação, documentação, mediação e arbitragem para apoiar as negociações.

Para uma categoria cuja remuneração, jornadas, adicionais, benefícios, saúde, segurança, previdência complementar e demais direitos são fortemente regulados por Acordos Coletivos de Trabalho, **essa diferença merece atenção**.

O QUE ESTÁ EM JOGO PARA OS PETROLEIROS/AS

Quando os programas registrados no TSE são colocados lado a lado com temas historicamente presentes nas reivindicações da categoria, aparecem diferenças concretas **(veja tabela na página 3)**.

Entre os assuntos que estarão no centro do próximo mandato estão: o papel público e estratégico da Petrobrás; a manutenção e a ampliação do Sistema Petrobrás; os investimentos nas refinarias; a geração de empregos próprios e a realização de concursos; o conteúdo nacional e a indústria naval; o fortalecimento da Transpetro; política para fertilizantes e petroquímica; participação dos trabalhadores na transição energética; negociação coletiva; direitos trabalhistas; saúde e segurança; terceirização; previdência e proteção social.

O programa de **Lula** registra **compromissos explícitos com expansão da Petrobrás** no refino e distribuição, ampliação da Transpetro, conteúdo local, indústria naval, investimentos da estatal na transição energética e fortalecimento da negociação coletiva.

O programa de **Flávio Bolsonaro** apresenta propostas de expansão da produção de petróleo e gás, modernização do refino, ampliação da infraestrutura de gás e fertilizantes e transição energética, ao mesmo tempo em que **ênfatisa concorrência, investimento privado e flexibilização das relações trabalhistas** por meio do negociado sobre o legislado, além de registrar críticas à atuação das organizações sindicais.



NOTAS

■ **SEGUNDO TURNO EXIGE INFORMAÇÃO** - O resultado do primeiro turno mostra que o país chega ao dia 25/10 diante de uma **escolha entre projetos distintos** em vários aspectos relacionados ao setor energético e às relações de trabalho. Para petroleiros/as, isso exige olhar além dos nomes dos candidatos. Significa **comparar propostas** para a Petrobrás, refino, petróleo e gás, indústria nacional, emprego, transição energética e direitos trabalhistas. Ao mesmo tempo, a nova composição do Congresso demonstra que **a mobilização em defesa dos interesses da categoria será ainda mais necessária no próximo mandato**. Haverá fortes disputas no Legislativo em torno do **papel do Estado, da Petrobrás**, das relações de trabalho e do modelo energético brasileiro. Por isso, comparar propostas e acompanhar a atuação dos eleitos será fundamental para que cada um/uma possa formar sua própria posição sobre o futuro da Petrobrás e do país. E os petroleiros estão sendo chamados a participar desta decisão.

■ **ATRÁS DAS ABSTENÇÕES** - O projeto **De Olho nas Eleições** (DONE) apontou que este primeiro turno das eleições teve **21,08% de abstenções** entre os eleitores, cerca de **33,4 milhões de pessoas**. Outros **5,97 milhões** compareceram às urnas, mas **votaram em branco ou anularam o voto**. Com uma diferença entre os dois candidatos de **2,22 milhões de votos**, **os números de abstenções e nulos podem, com folga, decidir o segundo turno**. No total, cerca de **40 milhões de eleitores** não votaram ou anularam o voto. Ainda de acordo com o relatório, as abstenções não representam, necessariamente, apatia, protesto ou descrença. Diversos fatores podem ter contribuído para o não comparecimento às urnas.

■ **CONGRESSO MAIS CONSERVADOR** O primeiro turno também modificou a correlação de forças no Congresso. Na Câmara dos Deputados, o PL elegeu 121 deputados federais. A Federação PT-PCdoB-PV elegeu 82 deputados. No Senado, das 54 cadeiras disputadas neste ano, o PL conquistou 19. Somadas aos mandatos que continuam, o partido terá 28 dos 81 senadores. O PT terá nove senadores e o MDB, oito. Isso significa que o próximo governo precisará negociar com um Congresso no qual o PL terá peso expressivo.

SERVIÇOS

PLANTÕES JURÍDICO E DE ATENDIMENTO DA ASSISTENTE SOCIAL

ESCRITÓRIO COSTA ADVOGADOS (Direito Civil e Tributário) - Dr. Lúcio Costa e Dra. Graciele Santiago Gonçalves - plantão na sede de Porto Alegre às quartas-feiras, das 14h às 16h e na Delegacia de Canoas às sextas-feiras, das 10h às 12h. Agendamento pelo telefone (51) 99630-6203

ESCRITÓRIO DIREITO SOCIAL (Direito Trabalhista e Previdenciário) - Dr. Abrão Blumberg e Caroline Anversa - Agendamento pelo WhatsApp (51) 99292-1642.

ASSISTENTE SOCIAL - Jaqueline da Costa - O atendimento pode ser agendado pelo WhatsApp da Secretaria **(51) 99894-3814**.